

Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Flutuante, da CP Cimento e Participações S.A.

Pelo presente instrumento particular,

CP Cimento e Participações S.A., sociedade por ações com sede na Praia de Botafogo, nº 300, 10º andar, ala "A" - parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.410.855/0001-89, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (doravante denominada "Emissora" ou "CP Cimento"); e

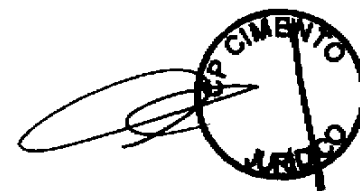
Oliveira Trust D.T.V.M. Ltda., instituição financeira com sede na Avenida das Américas nº 500, Bloco 13, sala 205, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (doravante denominada "Agente Fiduciário") e representando a comunhão dos debenturistas (doravante denominados "Debenturistas") adquirentes das debêntures da 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações (doravante denominada individualmente "Debênture" e, coletivamente, "Debêntures"), prevista nesta Escritura de Emissão (conforme abaixo definido);

considerando que os acionistas da Emissora, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 1º de outubro de 2003 (a "AGE"), deliberaram sobre os termos e as condições do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Flutuante, da CP Cimento e Participações S.A., celebrado em 03 de outubro de 2003 e registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 00001353241, em 06 de outubro de 2003 (a "Escritura de Emissão") e, adicionalmente, delegaram poderes ao Conselho de Administração da Emissora para deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

considerando que o Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 31 de outubro de 2003, com base nos poderes a ele delegados na AGE, autorizou a Diretoria da Emissora a firmar o presente Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão, conforme abaixo definido;

considerando que, conforme preconiza a Cláusula Sétima da Escritura de Emissão, após a realização do procedimento de *bookbuilding* (conforme abaixo definido), o Conselho de Administração da Emissora deliberou, em reunião do dia 31 de outubro de 2003, sobre a remuneração fixa final (*Spread*) das Debêntures;

considerando, ainda, que as partes decidiram fazer ajustes ao antigo texto da Escritura de Emissão, para refletir o cumprimento das exigências apresentadas pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como para refletir ajustes espontâneos propostos pelas partes;



vêm, por este instrumento e na melhor forma de direito, celebrar o primeiro aditamento à Escritura de Emissão (doravante denominado "Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão"), para realizar as seguintes alterações:

1. Incluir, dentre as autorizações constantes da Cláusula Primeira, a deliberação do Conselho de Administração da Emissora, do dia 31 de outubro de 2003, sobre a remuneração final fixa (*Spread*) das Debêntures. Assim, a Cláusula Primeira da Escritura de Emissão passará a contar com a seguinte redação:

Cláusula Primeira – Autorização

A presente Escritura de Emissão é celebrada com base em deliberação dos acionistas da Emissora, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 1º de outubro de 2003 ("AGE"), observado o disposto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão.

*Adicionalmente, com os poderes que lhe foram conferidos pela AGE, nos termos do artigo 59, §1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), o Conselho de Administração deliberou, em reunião do dia 31 de outubro de 2003, sobre a remuneração fixa final (*Spread*) das Debêntures.*

2. Alterar o item 2.2 da Cláusula Segunda, que passará a contar com a seguinte redação:

A ata da AGE, que deliberou sobre a Emissão, foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, em 03 outubro de 2003, e foi arquivada, na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, em 06 de outubro de 2003.





A ata da RCA, que deliberou sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, em 04 de novembro de 2003, e está em processo de arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

3. Alterar o item 2.3 da Cláusula Segunda, que passará a contar com a seguinte redação:

A presente Escritura de Emissão foi registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, conforme o artigo 62, inciso II, da Lei nº 6.404/76. O aditamento à presente Escritura de Emissão, realizado conforme a Cláusula Sétima abaixo, está em processo de arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

4. Alterar o item 3.12 da Cláusula Terceira, que passará a contar com a seguinte redação:

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora mediante a colocação pública das Debêntures serão aplicados (i) 65% (sessenta e cinco por cento) no alongamento do perfil da dívida consolidada da Emissora, (ii) 10% (dez por cento) no reforço do capital de giro consolidado da Emissora e (iii) 25% (vinte e cinco por cento) em investimentos na produção de cimento e de concreto.



5. Alterar as letras (a), (b), (c), (e), (f), (g) e (h), do item 3.19.1 da Cláusula Terceira, que passarão a contar com a seguinte redação:

a) A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração ("Remuneração") que contemplará juros remuneratórios a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o saldo de seu Valor Nominal Unitário, e estabelecidos com base na taxa média diária de juros dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros, CDI "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação ("Taxa DI"), acrescida de um Spread de 1,90% (um inteiro e noventa centésimos por cento) ao ano, determinado em processo de bookbuilding (conforme abaixo definido).

b) O processo de bookbuilding consiste na verificação, perante os investidores, da demanda pelas Debêntures da Emissora em diferentes níveis de taxa de juros. A taxa de juros final será equivalente à menor taxa oferecida pelos investidores para lotes de Debêntures cujo somatório seja igual ou superior ao número total de Debêntures. Ao final deste processo, o Conselho de Administração da Emissora fixou o Spread (conforme abaixo definido) sobre a Taxa DI, conforme o artigo 59, §1º, da Lei nº 6.404/76. O Spread (conforme abaixo definido) consta de aditamento à presente Escritura de Emissão.

c) A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a Data de Emissão, ou da data do vencimento de juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento da Remuneração devida ao final do Período de Capitalização (conforme abaixo definido). A Remuneração das Debêntures será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}$$

Onde:

J = valor unitário dos juros flutuantes, acrescido de Spread acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização;

Vne = valor nominal da Debênture no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das taxas DI Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.



$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (\text{TDI}_k)], \text{ onde}$$

n_{DI} = número total de taxas DI Over, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

decimais, com arredondamento;

onde: $k = 1, 2, \dots, n$

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}, \text{ onde}$$

Spread = Spread ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

n = o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, ou a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, sendo " n " um número inteiro;

DT = Número total de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo DT um número inteiro;

DP = Número total de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo DP um número inteiro.

O fator resultante da expressão $[1 + (\text{TDI}_k)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (\text{TDI}_k)]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.




e) No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do Spread, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

f) Entretanto, na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, por prazo superior a 10 (dez) dias corridos após a data esperada para a sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, por imposição legal ou no caso de sua extinção, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados a partir do 1º dia após o término do prazo de 10 (dez) dias corridos concedido para a apuração e/ou divulgação da Taxa DI, convocar a comunhão dos Debenturistas (no modo e prazos estabelecidos no artigo 124 da Lei nº 6.404/76) para, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas ("Assembléia de Debenturistas") deliberarem, em conjunto com a Emissora, a respeito do novo critério de Remuneração a ser utilizado, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13/03 e/ou a regulamentação aplicável. Até a deliberação desse critério de Remuneração, será utilizada para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do Spread, até a data da deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas.

g) É facultado à Emissora, caso não haja acordo, entre ela e os Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação, conforme o disposto no item 6.5 abaixo, sobre o novo critério de Remuneração a ser utilizado, e desde que comunique sua decisão ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias da data da realização da Assembléia de Debenturistas, (i) recomprar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, pelo saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva recompra, calculada pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou de data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nessa alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem recompradas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do Spread, ou (ii) recomprar a totalidade das Debêntures em circulação em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures ou a data em que ocorrer a repactuação das condições das Debêntures, conforme o item 3.20 abaixo, pelo saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva recompra, calculada pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou de data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nessa alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem recompradas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do Spread. Nesse caso, durante o prazo de recompra das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida no item 3.19.2, observado que, até a recompra integral das Debêntures, será utilizada a taxa de Remuneração definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na referida Assembléia de Debenturistas. Caso a respectiva taxa de Remuneração seja



referenciada em prazo diferente de 252 dias, essa nova taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 dias.

h) Para o primeiro Período de Vigência da Remuneração (conforme abaixo definido), a Remuneração foi estabelecida por meio de procedimento de bookbuilding, tendo sido aprovada pelo Conselho de Administração da Emissora em reunião realizada em 31 de outubro de 2003, cuja ata deverá ser publicada em 04 de novembro de 2003 e está em processo de arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sendo que referida Remuneração consta do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures.

6. Alterar a letra (b), do item 4.2.1 da Cláusula Quarta, que passará a contar com a seguinte redação:

b) respeitado o disposto no item 4.2.2 abaixo, a falta de cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de recebimento do aviso escrito enviado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da sua ocorrência, pelo Agente Fiduciário para a Emissora.


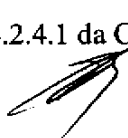
7. Alterar o item 4.2.2 da Cláusula Quarta, que passará a contar com a seguinte redação:

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas "c" e "h" acima acarretará o vencimento antecipado imediato das Debêntures, independente de qualquer aviso, interpelação ou notificação à Emissora. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas demais alíneas do item 4.2.1 acima, quais sejam, alíneas "a", "b", "d", "e", "f", "g", "i", "j" e "k", o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 05 (cinco) dias úteis contados da data que tomar conhecimento do evento, uma Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

8. Alterar o item 4.2.3 da Cláusula Quarta, que passará a contar com a seguinte redação:

No que se refere às alíneas "a", "b", "d", "e", "f", "g", "i", "j" e "k", do item 4.2.1 acima, após a realização da Assembléia de Debenturistas, mencionada no item 4.2.2 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o pagamento do que for devido, nos termos do item 4.2.4.1 abaixo, a menos que Debenturistas que representem, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, conforme definido no item 6.5 abaixo, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures. No caso das alíneas "f" e "j", de acordo com o artigo 231 da Lei 6.404/76, os Debenturistas poderão (i) aprovar ou não previamente a incorporação, fusão ou cisão da Emissora; ou (ii) optar pelo resgate das Debêntures de que forem titulares. Sem prejuízo das alternativas decorrentes do artigo mencionado acima, os Debenturistas deverão deliberar sobre o vencimento antecipado na forma definida neste item 4.2.3.

9. Alterar o item 4.2.4.1 da Cláusula Quarta, que passará a contar com a seguinte redação:



Na ocorrência do Vencimento Antecipado das Debêntures, nos termos dos itens 4.2.1, 4.2.2 e 4.2.3 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, notadamente dos encargos moratórios, se houver, em até 05 (cinco) dias úteis contados de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, por meio de carta protocolada no endereço constante do item 4.5.2 desta Escritura de Emissão, sob pena de em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.4.3 abaixo.

10. Alterar a letra (m) do item 4.3 da Cláusula Quarta, que passará a contar com a seguinte redação:

m) comunicar ao Agente Fiduciário a intenção de modificar a utilização dos recursos, conforme previsto no item 3.12 acima, sendo certo que as modificações pretendidas devem ser previamente submetidas à aprovação dos Debenturistas;

11. Incluir o item 5.5.2 na Cláusula Quinta, que passará a contar com a seguinte redação e, em consequência da inclusão deste novo item 5.5.2, renumerar os itens 5.5.3, 5.5.4, 5.5.5, 5.5.6, 5.5.7 e 5.5.8, conforme segue:

5.5.2. A remuneração a ser distribuída pela Emissora ao eventual substituto do Agente Fiduciário será aquela a ser paga ao Agente Fiduciário, nos termos da presente Escritura de Emissão.

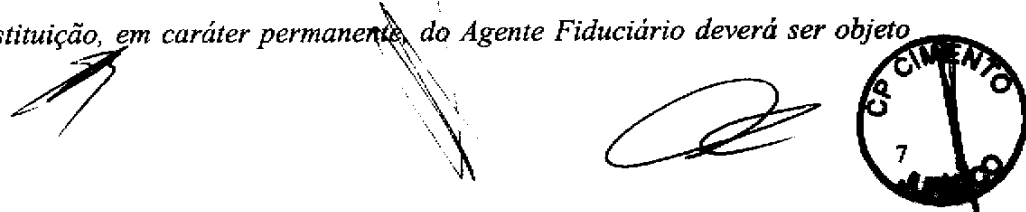
5.5.3. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada pro rata temporis, desde a Data de Pagamento da Remuneração até a data da efetiva substituição do Agente Fiduciário, ao Agente Fiduciário substituto como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados.

5.5.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

5.5.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição pública das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

5.5.6. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º, da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

5.5.7. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto

A handwritten signature is written over the text of item 5.5.7. To the right of the signature is a circular stamp. The stamp contains the text "CP CIMENTO" at the top and "7" at the bottom. A vertical line is drawn through the center of the stamp.

de aditamento desta Escritura de Emissão, devendo ser registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

5.5.8. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data da lavratura desta Escritura de Emissão ou do eventual aditamento relativo à substituição do Agente Fiduciário, no caso do Agente Fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a posse do seu sucessor.

5.5.9. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emitidos pela CVM.

12. Alterar a Cláusula Sétima, que passará a contar com a seguinte redação:

Cláusula Sétima – Aditamento à Presente Escritura de Emissão

7.1. Tendo em vista as deliberações da AGE, realizada em 1º de outubro de 2003, após a realização do procedimento de bookbuilding, mencionado no item 3.19.1 acima, a remuneração fixa final (Spread) foi objeto de aprovação, pelo Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 31 de outubro de 2003.

7.2. Após a realização da reunião de Conselho de Administração acima referida, a respectiva ata deverá ser publicada nos termos do item 4.5.3 acima, e está em processo de arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

7.3. As modificações a esta Escritura de Emissão, aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Emissora, foram a ela incorporadas por meio do aditamento, que está em processo de arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

13. As demais cláusulas e condições da Escritura de Emissão permanecem inalteradas.

14. Em virtude das alterações acima, as partes resolvem, ainda, transcrever os termos e condições consolidados da Escritura de Emissão, em conformidade com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira - Autorização

A presente Escritura de Emissão é celebrada com base em deliberação dos acionistas da Emissora, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de outubro de 2003 (“AGE”), observado o disposto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão.

Adicionalmente, com os poderes que lhe foram conferidos pela AGE, nos termos do artigo 59, § 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei nº 6.404/76”), o Conselho de Administração deliberou, em reunião do dia 31 de outubro de 2003, sobre a remuneração fixa final (Spread) das Debêntures.



Cláusula Segunda - Requisitos

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos (a "Emissão"):

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")

A Emissão das Debêntures será registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.385/76") e da Lei nº 6.404/76, bem como das demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.2. Arquivamento e Publicação das Atas da Assembléia Geral Extraordinária e da Reunião do Conselho de Administração

A ata da AGE, que deliberou sobre a Emissão, foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, em 03 outubro de 2003, e foi arquivada, na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, em 06 de outubro de 2003.

A ata da RCA, que deliberou sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, em 04 de novembro de 2003, e está em processo de arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

2.3. Registro da Escritura de Emissão na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

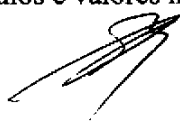
A presente Escritura de Emissão foi registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, conforme o artigo 62, inciso II, da Lei nº 6.404/76. O aditamento à presente Escritura de Emissão, realizado conforme a Cláusula Sétima abaixo, está em processo de arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

2.4. Registro no Sistema Nacional de Debêntures ("SND") e/ou no Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA ("BOVESPA FIX")

As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário através do (i) SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA"), e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP") e/ou (ii) BOVESPA FIX, sendo custodiadas na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").

2.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID")

A oferta pública das Debêntures será registrada na ANBID, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, em atendimento ao artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID, de 16 de janeiro de 2002, para as ofertas públicas de títulos e valores mobiliários.



Cláusula Terceira - Características da Emissão e das Debêntures

3.1. Número da Emissão

A presente Escritura de Emissão constitui a 2ª (segunda) Emissão de Debêntures da Emissora.

3.2. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

Serão emitidas 1.000 (mil) Debêntures, em série única.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da presente Emissão é de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("Valor Total da Emissão") na Data de Emissão (conforme abaixo definido).

3.4. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário de cada Debênture, na Data de Emissão, será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

3.5. Forma e Tipo

As Debêntures serão escriturais e nominativas.

3.6. Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

3.7. Espécie

As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante.

3.8. Limite da Emissão

O Valor Total da Emissão está em conformidade com o limite estabelecido na alínea "b", §1º do artigo 60 da Lei nº 6.404/76, de acordo com o quadro demonstrativo apresentado abaixo:

Posição Consolidada em 30 de junho de 2003	R\$ milhões
Emissão	100,0
Ativo Total	506,7
Dívidas Garantidas por Ativos Reais	22,8
Ativo Total menos Dívidas Garantidas por Direitos Reais	483,9
Montante da Oferta sobre Ativo Total menos Dívidas Garantidas por Direitos Reais	20,6%

3.9. Data de Emissão



Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de outubro de 2003 ("Data de Emissão").

3.10. Prazo e Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da Data de Emissão, com vencimento fixado em 1º de outubro de 2006 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder à liquidação total das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo saldo do seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), na forma do item 3.19 abaixo, calculada *pro rata temporis*, a partir da última Data de Pagamento da Remuneração.

3.11. Resgate Antecipado

Não haverá resgate antecipado.

3.12. Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora mediante a colocação pública das Debêntures serão aplicados (i) 65% (sessenta e cinco por cento) no alongamento do perfil da dívida consolidada da Emissora, (ii) 10% (dez por cento) no reforço do capital de giro consolidado da Emissora e (iii) 25% (vinte e cinco por cento) em investimentos na produção de cimento e de concreto.

3.13. Colocação e Procedimento da Distribuição

3.13.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços, para colocação no mercado de balcão organizado, mediante a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, e/ou BOVESPA FIX, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980 ("Instrução CVM nº 13/80"), sendo atendidos preferencialmente os clientes das instituições financeiras contratadas para a distribuição pública das Debêntures, não havendo reservas antecipadas nem fixação de lotes máximos ou mínimos.



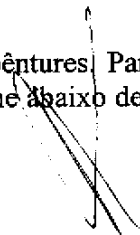

3.13.2. A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro de emissão pela CVM, da publicação do anúncio de início de distribuição e da disponibilização do prospecto para entrega aos investidores.

3.14. Negociação

As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário no SND, administrado pela ANDIMA, e operacionalizado pela CETIP, e/ou no BOVESPA FIX.

3.15. Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, o extrato fornecido pelo Agente Escriurador (conforme abaixo definido) servirá como comprovante de



titularidade das Debêntures, na forma disposta no §1º, do artigo 27, e §3º, do artigo 35, ambos da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, será expedido pelo SND o “Relatório de Posição de Ativos”, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na CBLIC, será emitido, pela CBLIC, extrato de custódia em nome do Debenturista.

3.16. Agente Escriturador

O Agente Escriturador será o Banco Bradesco S.A. (“Agente Escriturador”), instituição financeira, com sede na “Cidade de Deus”, Vila Yara, Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12.

3.17. Banco Mandatário

O Banco Mandatário será o Banco Bradesco S.A. (“Banco Mandatário”), acima qualificado.

3.18. Preço de Subscrição e Integralização

As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada de forma *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização das Debêntures, que será à vista, em moeda corrente nacional (“Preço de Subscrição”).

3.19. Remuneração

3.19.1. Juros Remuneratórios e Spread

a) A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração (“Remuneração”) que contemplará juros remuneratórios a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o saldo de seu Valor Nominal Unitário, e estabelecidos com base na taxa média diária de juros dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros, CDI “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação (“Taxa DI”), acrescida de um *Spread* de 1,90% (um inteiro e noventa centésimos por cento) ao ano, determinado em processo de *bookbuilding* (conforme abaixo definido).

b) O processo de *bookbuilding* consiste na verificação, perante os investidores, da demanda pelas Debêntures da Emissora em diferentes níveis de taxa de juros. A taxa de juros final será equivalente à menor taxa oferecida pelos investidores para lotes de Debêntures cujo somatório seja igual ou superior ao número total de Debêntures. Ao final deste processo, o Conselho de Administração da Emissora fixou o *Spread* (conforme abaixo definido) sobre a Taxa DI, conforme o artigo 59, §1º, da Lei nº 6.404/76. O *Spread* (conforme abaixo definido) consta de aditamento à presente Escritura de Emissão.

c) A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a Data de Emissão ou da data do vencimento de juros remuneratórios imediatamente



anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento da Remuneração devida ao final do Período de Capitalização (conforme abaixo definido). A Remuneração das Debêntures será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}$$

Onde:

$J =$ valor unitário dos juros flutuantes, acrescido de *Spread* acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização;

$Vne =$ valor nominal da Debênture no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

$FatorDI =$ produtório das taxas DI Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)], \text{ onde}$$

$n_{DI} =$ número total de taxas DI Over, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

$TDI_k =$ Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde: $k = 1, 2, \dots, n$

$DI_k =$ Taxa DI Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

$FatorSpread =$ Sobretaxa de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;



$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}, \text{ onde}$$

Spread = *Spread* ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

n = o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, ou a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

DT = *Número total de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo DT um número inteiro;*

DP = *Número total de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo DP um número inteiro.*

O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

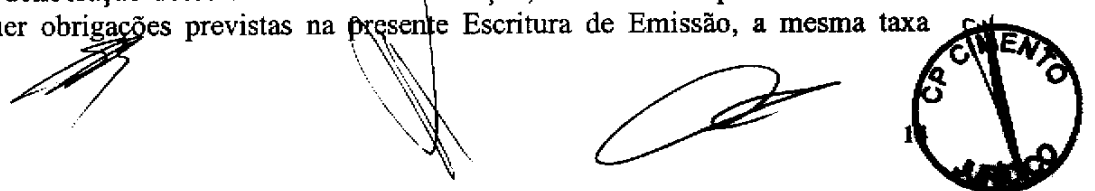
Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

d) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

e) No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do *Spread*, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

f) Entretanto, na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, por prazo superior a 10 (dez) dias corridos após a data esperada para a sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, por imposição legal ou no caso de sua extinção, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados a partir do 1º dia após o término do prazo de 10 (dez) dias corridos concedido para a apuração e/ou divulgação da Taxa DI, convocar a comunhão dos Debenturistas (no modo e prazos estabelecidos no artigo 124 da Lei nº 6.404/76) para, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas ("Assembléia de Debenturistas") deliberarem, em conjunto com a Emissora, a respeito do novo critério de Remuneração a ser utilizado, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13/03 e/ou a regulamentação aplicável. Até a deliberação desse critério de Remuneração, será utilizada para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura de Emissão, a mesma taxa



diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do *Spread*, até a data da deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas.

g) É facultado à Emissora, caso não haja acordo, entre ela e os Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação, conforme o disposto no item 6.5 abaixo, sobre o novo critério de Remuneração a ser utilizado, e desde que comunique sua decisão ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias da data da realização da Assembléia de Debenturistas, (i) recomprar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, pelo saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva recompra, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou de data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nessa alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem recompradas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do *Spread*, ou (ii) recomprar a totalidade das Debêntures em circulação em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures ou a data em que ocorrer a repactuação das condições das Debêntures, conforme o item 3.20 abaixo, pelo saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva recompra, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou de data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nessa alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem recompradas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do *Spread*. Nesse caso, durante o prazo de recompra das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida no item 3.19.2, observado que, até a recompra integral das Debêntures, será utilizada a taxa de Remuneração definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na referida Assembléia de Debenturistas. Caso a respectiva taxa de Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 dias, essa nova taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 dias.

h) Para o primeiro Período de Vigência da Remuneração (conforme abaixo definido), a Remuneração foi estabelecida por meio de procedimento de *bookbuilding*, tendo sido aprovada pelo Conselho de Administração da Emissora em reunião realizada no dia 31 de outubro de 2003, cuja ata deverá ser publicada em 04 de novembro de 2003 e está em processo de arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sendo que referida Remuneração consta do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures.

i) "Período de Capitalização": para fins de cálculo da Remuneração, define-se Período de Capitalização como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração, exclusive, sendo que cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

j) "Período de Vigência da Remuneração": significa o período durante o qual as condições de Remuneração das Debêntures permanecerão vigentes ficando desde já estabelecido que primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures terá início na Data de Emissão e vencimento em 1º de outubro de 2004.

3.19.2. Periodicidade de Pagamento da Remuneração



Os valores relativos à Remuneração das Debêntures, para o primeiro Período de Vigência da Remuneração, deverão ser pagos semestralmente, no primeiro dia dos meses de abril e outubro de 2004 ("Data de Pagamento da Remuneração" e, em conjunto, "Datas de Pagamento da Remuneração").

3. 20. Repactuação


3.20.1. As Debêntures estarão sujeitas à repactuação a ser realizada em 1º de outubro de 2004. O Conselho de Administração da Emissora deliberará sobre as condições de Remuneração das Debêntures, a vigorar nos próximos Períodos de Vigência da Remuneração, assim como sobre o prazo do próximo Período de Vigência da Remuneração e periodicidade de pagamento, dentre outras. As deliberações da Emissora sobre as condições de repactuação serão comunicadas pela Emissora, na forma de Aviso aos Debenturistas, publicado na forma do item 4.5.1 abaixo, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis antes da data do encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração informando:

- a) o prazo do próximo Período de Vigência da Remuneração, obedecendo ao prazo mínimo estabelecido pela legislação pertinente;
- b) as condições da Remuneração a vigor durante o próximo Período de Vigência da Remuneração;
- c) as eventuais condições de amortização aplicáveis durante o próximo Período de Vigência da Remuneração e sua periodicidade de pagamento; e
- d) as eventuais condições de repactuação aplicáveis durante o próximo Período de Vigência da Remuneração.

3.20.2. Caso os Debenturistas não concordem com as condições fixadas pela Emissora para o próximo Período de Vigência da Remuneração, ou caso tais condições não sejam publicadas pela Emissora no prazo ora estabelecido, os Debenturistas poderão, entre o 10º (décimo) e o 5º (quinto) dia útil, inclusive, anteriores ao encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, manifestar, por meio da CETIP e/ou da CBLIC, ou, tratando-se de Debenturistas não cadastrados no sistema da CETIP e/ou BOVESPA FIX, por correspondência dirigida à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, informando expressamente sua opção de exercer o direito de venda de suas Debêntures à Emissora, sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o vencimento antecipado das Debêntures na hipótese de não-publicação das condições de Remuneração a que se refere este parágrafo.

3.20.3. A Emissora obriga-se a adquirir a totalidade das Debêntures, nas datas de encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, dos Debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pela Emissora, para o período subsequente ou se manifestarem pela venda em função da não publicação pela Emissora das condições do próximo Período de Vigência da Remuneração. As Debêntures serão adquiridas pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração e de encargos moratórios, se houver, calculada *pro rata temporis*, definida para o período vencido.

3.20.4. As Debêntures eventualmente adquiridas pela Emissora, nos termos deste item 3.20, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas



no mercado.

3.21. Amortização

Até 1º de outubro de 2004, quando ocorrerá a repactuação, não haverá amortização programada. Entretanto, eventuais condições de amortização poderão ser determinadas pela Emissora na repactuação a que se refere o item 3.20 acima.

Cláusula Quarta - Demais Características das Debêntures

4.1. Aquisição Facultativa das Debêntures

4.1.1. A Emissora poderá adquirir Debêntures, da presente Emissão, em circulação, a qualquer tempo, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração aplicável até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no artigo 55, §2º da Lei nº 6.404/76.

4.1.2. As Debêntures que vierem a ser adquiridas pela Emissora, nestes termos, poderão permanecer em sua tesouraria, ser canceladas ou ser recolocadas no mercado.

4.2. Vencimento Antecipado

4.2.1. Observado o disposto nos itens 4.2.2 e 4.2.3 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do efetivo pagamento, acrescido dos encargos moratórios, se houver, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emissora, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos, que a Emissora reconhece, desde logo, serem causa direta para aumento indevido do risco de inadimplemento das obrigações assumidas pela Emissora relativamente às Debêntures:

a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor global não pago ultrapasse R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis de sua ocorrência;

b) respeitado o disposto no item 4.2.2 abaixo, a falta de cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de recebimento do aviso escrito enviado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da sua ocorrência, pelo Agente Fiduciário para a Emissora;

c) não-pagamento da Remuneração devida às Debêntures nas respectivas Datas de Pagamento, não-cumprimento da obrigação de recompra das Debêntures, quando da repactuação, conforme o item 3.20.2 acima e não-pagamento referente à amortização, caso venha a mesma a ser definida quando da repactuação, em 1º de outubro de 2004;

d) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante global igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), em razão de inadimplemento(s)



contratual(is), ou seja, em razão da falta de prestação(ões) devida(s), ou de descumprimento(s), voluntário ou não, de obrigação(ões), pela Emissora, que implique o vencimento antecipado de qualquer dívida, ou de dívidas em conjunto, em montante global igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

e) Alteração do Controle Acionário da Emissora sendo que, para efeito do disposto neste item 4.2.1 e), uma "Alteração do Controle Acionário" ocorrerá caso a Santo Estevão Mineração e Participações Ltda., com sede no Sítio Cristal localizado na Estrada dos Bagres s/nº, Cidade de Quatis, Estado do Rio de Janeiro, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 43.227.016/0001-44, deixe de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 50% (cinquenta por cento) das ações com direito a voto do capital da Emissora mais uma ação com direito a voto;

f) dissolução, liquidação, cisão ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, exceto aquela prevista na alínea "j" abaixo.

g) Qualquer diminuição do percentual de participação da Emissora no capital total da Cimento Tupi S.A., com sede na Praia de Botafogo, nº 300, ala "A", Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita perante o CNPJ sob o nº 33.039.223/0001-11 ("Cimento Tupi S.A.") e da Companhia de Cimento Ribeirão Grande, com sede na Avenida Engenheiro Billings, nº 2.350, Bairro Jaguaré, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita perante o CNPJ sob o nº 27.184.944/0001-12 ("Companhia de Cimento Ribeirão Grande"), que afete de maneira substancial o fluxo de caixa da Emissora;

h) Pedido de concordata ou decretação de falência ou de auto-falência da Emissora e/ou da Cimento Tupi S.A. e/ou da Companhia de Cimento Ribeirão Grande.

i) pagamento de dividendos acima dos obrigatórios por lei, e/ou juros sobre capital próprio, se em mora relativamente ao pagamento dos valores referentes às Debêntures;

j) incorporação ocorrida entre a Emissora e a Cimento Tupi S.A. e/ou a Companhia de Cimento Ribeirão Grande; e

k) o índice dívida líquida / patrimônio líquido, apurado com base nas informações trimestrais – ITR da Emissora, seja maior que 0,5. Para fins do cálculo deste índice, entende-se por dívida líquida (a) qualquer obrigação da Emissora contingente ou de qualquer forma exigível em virtude (i) de empréstimos ou financiamentos de qualquer natureza contraídos (independentemente de garantias do credor contra todos os ativos da Emissora, ou somente parte dos mesmos), seja na forma de antecipação de recursos, conta corrente a descoberto, ou outros, ou (ii) de notas promissórias (emitidas no Brasil ou exterior), debêntures ou instrumentos de natureza similar, cartas de créditos (incluindo a obrigação de compra de moeda), ou (iii) do pagamento de aluguel ou outros valores relacionados à compra de bens do ativo da Emissora, que devam ser classificados como *leasing* financeiro de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo a compra diferida de bens imóveis, ou (iv) de contratos de proteção contra a variação das taxas de juros, contratos de câmbio, contratos de proteção contra variações cambiais ou quaisquer outros contratos de natureza similar, somados os valores destes contratos a pagar e diminuídos os valores destes contratos a receber; (b) qualquer obrigação de terceiros de natureza similar às obrigações descritas no item (a) acima, com relação à qual a Emissora tenha prestado garantia ou que de outra forma venha tornar-se obrigação legal da Emissora; e (c) outra obrigação garantida por



bens ou ativos da Emissora, independentemente de referidas obrigações garantidas terem sido assumidas pela Emissora, excluída de (a), (b) e (c) acima, a disponibilidade financeira (caixa e aplicações financeiras). Entende-se por patrimônio líquido, para fins do cálculo do índice aqui referido, como o valor indicado, com esta denominação, nas demonstrações financeiras padronizadas da Emissora encaminhadas à CVM.

4.2.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas “c” e “h” acima acarretará o vencimento antecipado imediato das Debêntures, independente de qualquer aviso, interpelação ou notificação à Emissora. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas demais alíneas do item 4.2.1 acima, quais sejam, alíneas “a”, “b”, “d”, “e”, “f”, “g”, “i”, “j” e “k”, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 05 (cinco) dias úteis contados da data que tomar conhecimento do evento, uma Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.2.3. No que se refere às alíneas “a”, “b”, “d”, “e”, “f”, “g”, “i”, “j” e “k”, do item 4.2.1 acima, após a realização da Assembléia de Debenturistas, mencionada no item 4.2.2 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o pagamento do que for devido, nos termos do item 4.2.4.1 abaixo, a menos que Debenturistas que representem, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, conforme definido no item 6.5 abaixo, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures. No caso das alíneas “f” e “j”, de acordo com o artigo 231 da Lei 6.404/76, os Debenturistas poderão (i) aprovar ou não previamente a incorporação, fusão ou cisão da Emissora; ou (ii) optar pelo resgate das Debêntures de que forem titulares. Sem prejuízo das alternativas decorrentes do artigo mencionado acima, os Debenturistas deverão deliberar sobre o vencimento antecipado na forma definida neste item 4.2.3.

4.2.4. Pagamento na Ocorrência do Vencimento Antecipado

4.2.4.1. Na ocorrência do Vencimento Antecipado das Debêntures, nos termos dos itens 4.2.1, 4.2.2 e 4.2.3 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, notadamente dos encargos moratórios, se houver, em até 05 (cinco) dias úteis contados de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, por meio de carta protocolada no endereço constante do item 4.5.2 desta Escritura de Emissão, sob pena de em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.4.3 abaixo.

4.2.4.2. A Assembléia de Debenturistas prevista neste item 4.2.2 acima poderá, desde que não convocada pelo Agente Fiduciário, também ser convocada pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, conforme o disposto no item 6.5 abaixo.

4.2.4.3. Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia de Debenturistas mencionada acima, por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 4.2.3 acima por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento)



das Debêntures em circulação, conforme o disposto no item 6.5 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados no item 4.2.1 acima.

4.3. Obrigações Não Financeiras Adicionais da Emissora

Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se, ainda, a:

a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) após o término de cada exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, acrescido de declaração do diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão, e relatório contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento dos índices e limites financeiros, bem como da garantia flutuante;
- (ii) após o término do primeiro semestre de cada exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, cópia de suas demonstrações financeiras relativas ao respectivo semestre, acrescido de declaração do diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão, e relatório contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento dos índices e limites financeiros, bem como da garantia flutuante;
- (iii) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 06 de dezembro de 1993 ("Instrução CVM nº 202/93"), nos prazos ali previstos;
- (iv) com a maior brevidade possível, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada, inclusive com relação à Cimento Tupi S.A. e/ou à Companhia de Cimento Ribeirão Grande; e
- (v) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 4.2.1 acima, na mesma data em que ocorrerem.

b) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação de suas demonstrações financeiras anuais;

c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, devidamente auditadas;

d) convocar, nos termos da Cláusula Sexta desta Escritura de Emissão, Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;



e) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela referida Autarquia;

f) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada perante a CVM;

g) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado;

h) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;

i) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

j) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nos negócios da Emissora, nas condições financeiras, ou outras, que (i) possam impossibilitar ou dificultar o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures, e (ii) façam com que as Demonstrações Financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não reflitam a real condição financeira da Emissora;

k) manter todos seus ativos operacionais relevantes adequadamente segurados;

l) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de Debenturistas;

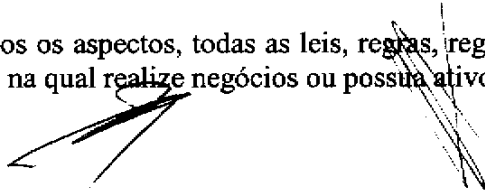
m) comunicar ao Agente Fiduciário a intenção de modificar a utilização dos recursos, conforme previsto no item 3.12 acima, sendo certo que as modificações pretendidas devem ser previamente submetidas à aprovação dos Debenturistas;

n) envidar seus melhores esforços para manter válidos e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora;

o) envidar seus melhores esforços para manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas;

p) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento, inclusive com relação a dívidas parceladas, de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;

q) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos; e



r) manter atualizado, pelo menos anualmente, o relatório de avaliação da oferta elaborado pela agência de classificação de risco, assim como permitir a ampla divulgação ao mercado do referido relatório.

4.4. Pagamentos e Encargos Moratórios

4.4.1. Local de Pagamento

Os pagamentos referentes ao principal, Remuneração e encargos moratórios, a que fazem jus as Debêntures, serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND, (b) os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX sendo que, para os Debenturistas que não estiverem vinculados a quaisquer dos referidos sistemas, os pagamentos referentes ao principal, Remuneração e encargos moratórios, a que fazem jus as Debêntures, serão efetuados por intermédio do Banco Mandatário.

4.4.2. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP e/ou pelo BOVESPA FIX, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábados e domingos.

4.4.3. Encargos Moratórios

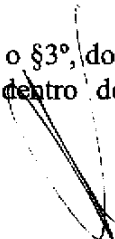
Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, o débito em atraso ficará sujeito à multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, acrescida de 1% (um por cento) ao mês, a título de juros moratórios, calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data de seu efetivo pagamento, além das despesas incorridas para cobrança, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.4.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.4.3 anterior, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias, relativas às Debêntures, devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração após a data do vencimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até referida data.

4.4.5. Prazo de Subscrição e Integralização

As Debêntures desta Emissão poderão, observado o §3º, do artigo 59, da Lei nº 6.404/76, ser subscritas e integralizadas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública concedido pela CVM.



4.5. Publicidade e Notificações

4.5.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, sem exceções.

4.5.2. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitas por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

Oliveira Trust D.T.V.M. Ltda.
Avenida das Américas nº 500, Bloco 13, Sala 205
Barra da Tijuca – 22640-100 Rio de Janeiro / RJ
Telefone: (21) 2493-7003
Fac-símile: (21) 2493-4746/4901
At.: Sr. Juarez Dias Costa - Departamento de Agente Fiduciário
E-mail: agente@oliveiratrust.com.br

Para a EMISSORA:

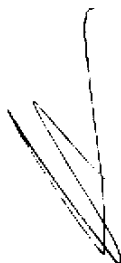
CP Cimento e Participações S.A.
Praia de Botafogo, nº 300, 10º andar, ala "A" parte
Botafogo - 22259-900 Rio de Janeiro / RJ
Telefone: (021) 2559-6300
Fac-símile: (021) 2551-9006
At.: Sr. Demétrio José Costa Martins Simões
E-mail: demetriosimoes@cpcimento.com.br

Para o BANCO MANDATÁRIO:

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, s/n - Prédio Novíssimo, 3º andar
Vila Yara - 06029-900 Osasco / SP
Telefone: (11) 3684-9215
Fac-símile: (11) 3684-8255
At: Sr. Emilio Francisco Moraes
E-mail: 4510.Emilio@bradeco.com.br

Para o AGENTE ESCRITURADOR:

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, s/n



Vila Yara - 06029-900 Osasco / SP
Telefone: (11) 3684-3749
Fac-símile: (11) 3684-5093
At: Sr. José Donizetti de Oliveira
E-mail: 4010.donizetti@bradesco.com.br

Para a CETIP:

CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos
SND - Sistema Nacional de Debêntures
Rua Libero Badaró, nº 425, 24º andar
Centro - 01009-000 São Paulo / SP
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3115-1664

Para a CBLC:

Praça XV de Novembro, nº 275
Centro - 01310-001 São Paulo / SP
Telefone: (11) 3233-2178
Fac-símile: (11) 3233-2331
E-mail: cbcl@cbcl.com.br

4.5.2.1. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile ("*answer back*"), via correio eletrônico ("e-mail") ou por qualquer outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins aqui previstos, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile, e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica ainda que emitida pela parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

4.5.2.2. Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por e-mail deverão ser encaminhados para os endereços acima em 48 (quarenta e oito) horas após o envio da mensagem.

4.5.3. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, excetuando-se as publicações dos anúncios de início e de encerramento da distribuição pública das Debêntures, que se darão em conformidade com o artigo 25 da Instrução CVM nº 13/80, no jornal Gazeta Mercantil, deverão ser objeto de aviso mediante publicação no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, veículos em que a Emissora realiza as publicações ordenadas pela Lei nº 6.404/76, observados os prazos legais e aqueles estabelecidos nesta Escritura de Emissão, devendo a Emissora avisar, tempestivamente, o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação.



Cláusula Quinta - Do Agente Fiduciário

5.1. Nomeação

A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura de Emissão, Oliveira Trust D.T.V.M. Ltda., qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

5.2. Declaração

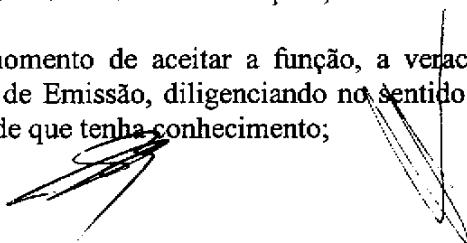
O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, §3º, da Lei nº 6.404/76, e o artigo 9º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM nº 28/83"), para exercer a função para a qual neste ato é nomeado;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo, integralmente, os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão em todas as suas cláusulas e condições;
- d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil; e
- f) ter verificado, na Data da Emissão, a regularidade da garantia flutuante, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade.

5.3. Deveres do Agente Fiduciário

Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese da superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondências e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na presente Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;



e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou equívocos constantes de tais informações;

g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

h) verificar a regularidade da constituição da garantia fluante, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;

i) intimar a Emissora a reforçar a eventual garantia dada, se for o caso, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;

j) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede ou estabelecimento principal da Emissora;

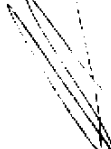
k) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;

l) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por 03 (três) vezes, na forma do item 4.5.1, respeitadas outras regras relacionadas à publicações constantes desta Escritura de Emissão e da Lei nº 6.404/76;

m) comparecer à Assembléia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

n) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, inciso "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- (i) eventual omissão ou equívoco, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (ii) alterações estatutárias, na Emissora, ocorridas no período;
- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) resgate, amortização e pagamento de juros remuneratórios e *Spread* das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;



- (vi) constituição e aplicações do fundo de amortização de Debêntures, quando for o caso;
- (vii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
- (viii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (ix) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (x) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- (xi) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures da presente Emissão.

o) colocar o relatório de que trata o inciso anterior à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

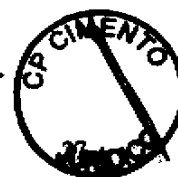
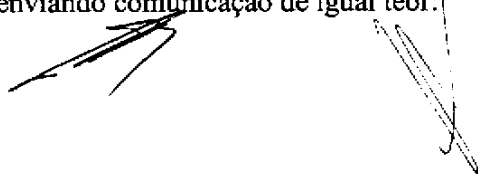
- (i) na sede da Emissora;
- (ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- (iii) na CVM;
- (iv) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
- (v) na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures;

p) publicar, na forma do item 4.5.1 acima, e às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na letra "o" desta item;

q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à CETIP e/ou à CBLIC, e à instituição prestadora de serviços de Debêntures escriturais;

r) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes da presente Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;

s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos e enviando comunicação de igual teor:



- (i) à CVM;
- (ii) às Bolsas de Valores, quando for o caso; e
- (iii) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.

t) No caso de inadimplemento da Emissora, de acordo com a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, o Agente Fiduciário deverá usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- (i) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar os seus valores de principal e acessórios;
- (ii) executar as garantias outorgadas, aplicando o produto no pagamento, integral ou parcial, dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência da Emissora, se não existirem garantias reais;
- (iv) tomar qualquer providência necessária para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- (v) representar os Debenturistas em processos de falência, concordata, liquidação judicial ou extrajudicial da Emissora;

O Agente Fiduciário poderá exercer a atribuição prevista no subitem (i) acima, na ocorrência de inadimplemento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, respeitando o estipulado no item 4.2 acima.

O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens (i) a (iv) acima se, convocada a Assembléia de Debenturistas, esta não autorizar o vencimento antecipado das Debêntures conforme o disposto no item 4.2.3.

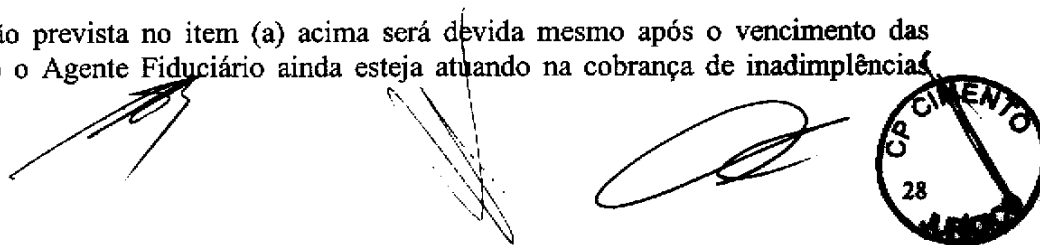
u) O Agente Fiduciário verificará a ocorrência de quaisquer das hipóteses dos eventos de vencimento antecipado determinados no item 4.2.1 desta Escritura de Emissão.

5.4. Remuneração do Agente Fiduciário

Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, remuneração paga da seguinte forma:

a) Parcelas trimestrais no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) cada, sendo a primeira devida na data de assinatura desta Escritura de Emissão, e as seguintes no mesmo dia dos trimestres seguintes.

b) A remuneração prevista no item (a) acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências.

Three handwritten signatures are visible at the bottom of the page. To the right of the signatures is a circular stamp with the text "CP CIMENTO" around the top edge and the number "28" in the center.

não sanadas pela Emissora;

c) As parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da taxa de implementação de serviços, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata die* se necessário;

d) A remuneração não inclui as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, conforme descrito no item 5.6 abaixo. Não estão incluídas, igualmente, despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora;

e) Todas as despesas com procedimentos legais, em caso de inadimplência da Emissora, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Também estarão sujeitas ao reembolso, pela Emissora, as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;


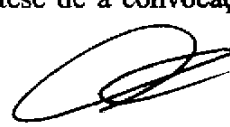


f) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura;

g) A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), Imposto de Renda na Fonte (IRRF), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre referida remuneração, de acordo com as alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e

h) O Agente Fiduciário responde perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

5.5. Substituição

5.5.1. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do evento que a determinar, Assembléia de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, conforme o disposto no item 6.5 abaixo, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não



ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo Agente Fiduciário.

5.5.2. A remuneração a ser distribuída pela Emissora ao eventual substituto do Agente Fiduciário será aquela a ser paga ao Agente Fiduciário nos termos da presente Escritura de Emissão.

5.5.3. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Pagamento da Remuneração até a data da efetiva substituição do Agente Fiduciário, ao Agente Fiduciário substituto como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados. A remuneração a ser distribuída ao eventual substituto do Agente Fiduciário pela Companhia não será, em nenhuma hipótese, inferior àquela a ser paga ao Agente Fiduciário, nos termos da presente Escritura.

5.5.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

5.5.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição pública das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

5.5.6. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º, da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

5.5.7. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento desta Escritura de Emissão, devendo ser registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

5.5.8. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data da lavratura desta Escritura de Emissão ou do eventual aditamento relativo à substituição do Agente Fiduciário, no caso do Agente Fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a posse do seu sucessor.

5.5.9. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emitidos pela CVM.

5.6. Despesas do Agente Fiduciário

5.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, ou para realizar seus créditos.

5.6.2. O ressarcimento a que se refere este item 5.6 será efetuado em até 03 (três) dias úteis, e será depositado em conta-corrente a ser fornecida pelo Agente Fiduciário, após a entrega à



Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

5.6.3. As despesas a que se refere este item 5.6 compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) eventuais levantamentos adicionais e especiais, ou perícias, que vierem a ser imprescindíveis se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- d) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções.

5.6.4. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma deste item 5.6, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento, na forma do §5º, artigo 68, da Lei nº 6.404/76.

Cláusula Sexta - Assembléia de Debenturistas

6.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Lei nº 6.404/76, sendo que se aplicará à Assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para Assembléia Geral de Acionistas.

6.2. A Assembléia de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, conforme o disposto no item 6.5 abaixo, ou, ainda, pela CVM.

6.3. A Assembléia de Debenturistas instalar-se-á em primeira convocação com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, e será considerada regularmente instalada, independentemente de convocação, a Assembléia de Debenturistas à qual estiver presente a totalidade dos titulares das Debêntures em circulação.

6.3.1. Os Debenturistas poderão se fazer representar nas Assembléias de Debenturistas por seus representantes legais, ou por procuradores constituídos especialmente para esse fim, observado o disposto no artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, e as demais disposições legais aplicáveis.

6.4. As deliberações serão tomadas pelo voto de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, conforme o disposto no item 6.5 abaixo, à exceção dos casos em que quorum diverso for expressamente exigido, nos termos desta Escritura de Emissão.



6.4.1. Se e quando a Emissora quiser alterar quaisquer das matérias elencadas nas alíneas a), b) e c) abaixo, sem prejuízo dos demais casos previstos nesta Escritura de Emissão, dependerão de aprovação de Debenturistas que representem 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, conforme o disposto no item 6.5 abaixo, as deliberações que versarem sobre as seguintes matérias:

- a) alteração da garantia flutuante referida no item 3.7 acima;
- b) alteração nos prazos, termos e condições de pagamento das Debêntures; e
- c) alteração em qualquer quorum de deliberação previsto nesta Escritura de Emissão.

6.5. Não serão computadas, para fins de (i) cálculo dos 10% (dez por cento) dos títulos em circulação, (ii) aferição do quorum de instalação e, (iii) aferição do quorum de deliberação, as Debêntures que se encontrarem na tesouraria da Emissora, ou que sejam de titularidade de suas coligadas e controladas, ou de seus controladores, diretores ou membros de seu Conselho de Administração.

6.6. Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, cada Debênture em circulação terá direito a um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não, conforme o disposto no item 6.3.2 acima.

6.7. Será facultada a presença de representantes legais da Emissora nas Assembléias de Debenturistas.

6.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia de Debenturistas, ainda que não a tenha convocado, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas.

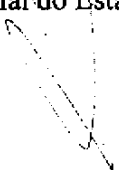
6.9. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à Assembléia de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembléia de Debenturistas.

Cláusula Sétima – Aditamento à Presente Escritura de Emissão

7.1. Tendo em vista as deliberações da AGE, realizada em 1º de outubro de 2003, após a realização do procedimento de *bookbuilding*, mencionado no item 3.19.1 acima, a remuneração fixa final (*Spread*) foi objeto de aprovação, pelo Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 31 de outubro de 2003.

7.2. Após a realização da reunião de Conselho de Administração acima referida, a respectiva ata deverá ser publicada nos termos do item 4.5.3 acima, e está em processo de arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

7.3. As modificações a esta Escritura de Emissão, aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Emissora, foram a ela incorporadas por meio de aditamento, que está em processo de arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.



Cláusula Oitava – Disposições Gerais

8.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

8.2. As partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das partes e em perfeita relação de equidade.

Cláusula Nona – Lei Aplicável e Foro

9.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

9.2. Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.”

15. O presente Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão será arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

16. As demais cláusulas e condições da Escritura de Emissão permanecem inalteradas.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 04 de novembro de 2003.

CPCIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

ANDRÉ ADRIEN T. BUCSAN
CPF: 221.075.846-16

DEMÉTRIO A. DE FARIAS SIMÕES
CPF: 435.104.632-15

OLIVEIRA TRUST D.T.V.M. LTDA.

Luarez Dias Costa
Diretor

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

LUIS ANDRÉ DE MACHADO
CPF: 845.982.127-72

2)

Nome:

CPF:

SERGIO R. GUERRA
CPF: 789.066.017-00

